

# BOLETIM INFORMATIVO

## Instrumentos de Planejamento e DGMP

SERVIÇO DE ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA (SEINP)  
SUPERINTENDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA BAHIA (SMSA/BA)



# SUMÁRIO

1 - Apresentação -----	3
2 - Instrumentos de Planejamento -----	4
3 - Atualizações no DGMP -----	7
3.1 - Nota Informativa Nº1/2025 (CGAI/DGIP/SE/MS) -----	7
3.2 - Nota Informativa Nº2/2026 (CGAI/DGIP/SE/MS) -----	7
4 - Situação dos Instrumentos de Planejamento -----	9
4.1 - Situação Geral na Bahia -----	9
4.1.1 - Pendências da Gestão -----	9
4.1.2 - Pendências do Conselho -----	10
4.2 - Ciclo de Planejamento 2022-2025 -----	10
4.2.1 - Plano Municipal de Saúde -----	11
4.2.2 - Programação Anual de Saúde -----	11
4.2.3 - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior -----	12
4.2.4 - Relatório de Gestão -----	13
4.3 - Ciclo de Planejamento 2026-2029 -----	14
4.3.1 - Plano Municipal de Saúde 2026-2029 -----	14
4.3.2 - Programação Anual de Saúde 2026 -----	15
5 - SEINP em Movimento -----	16

# 1 - APRESENTAÇÃO

Este Boletim Informativo é elaborado pelo Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa da Superintendência do Ministério da Saúde na Bahia (SEINP/SMSA/BA), com o objetivo de colaborar com o planejamento em saúde entre os entes federados e com a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) mais transparente, eficiente e resolutivo.

Destina-se a gestores(as), conselheiros(as) de saúde, trabalhadores(as) e demais atores envolvidos no fortalecimento do SUS em todo o país e, especialmente, no Estado da Bahia.

O material apresenta um panorama atualizado dos Instrumentos de Planejamento e Gestão dos municípios baianos, com base nos dados extraídos do Sistema DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP), no primeiro quadrimestre de 2026. Inclui uma análise geral do Estado da Bahia sobre a situação dos Planos Municipais de Saúde (PMS), das Programações Anuais de Saúde (PAS), dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e dos Relatórios de Gestão (RG), desde o ano de 2018, e um recorte, por macrorregião de saúde, dos ciclos de planejamento 2022-2025 e 2026-2029.

Possui também o propósito de divulgar as atividades desenvolvidas pelo SEINP/BA, algumas em parceria com outros entes federados, além de destacar atualizações no DGMP e iniciativas do Ministério da Saúde de interesse do estado e municípios.

Aproveite a leitura do boletim completo, explore os dados apresentados e utilize essas informações para qualificar o debate e aprimorar as ações em saúde em seu território.

Seguimos à disposição para eventuais dúvidas.

Equipe do SEINP/SMSA/BA.

## 2 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

O planejamento em saúde é uma atividade essencial da gestão e reflete as responsabilidades quanto à saúde da população e o compromisso com os princípios norteadores do SUS.

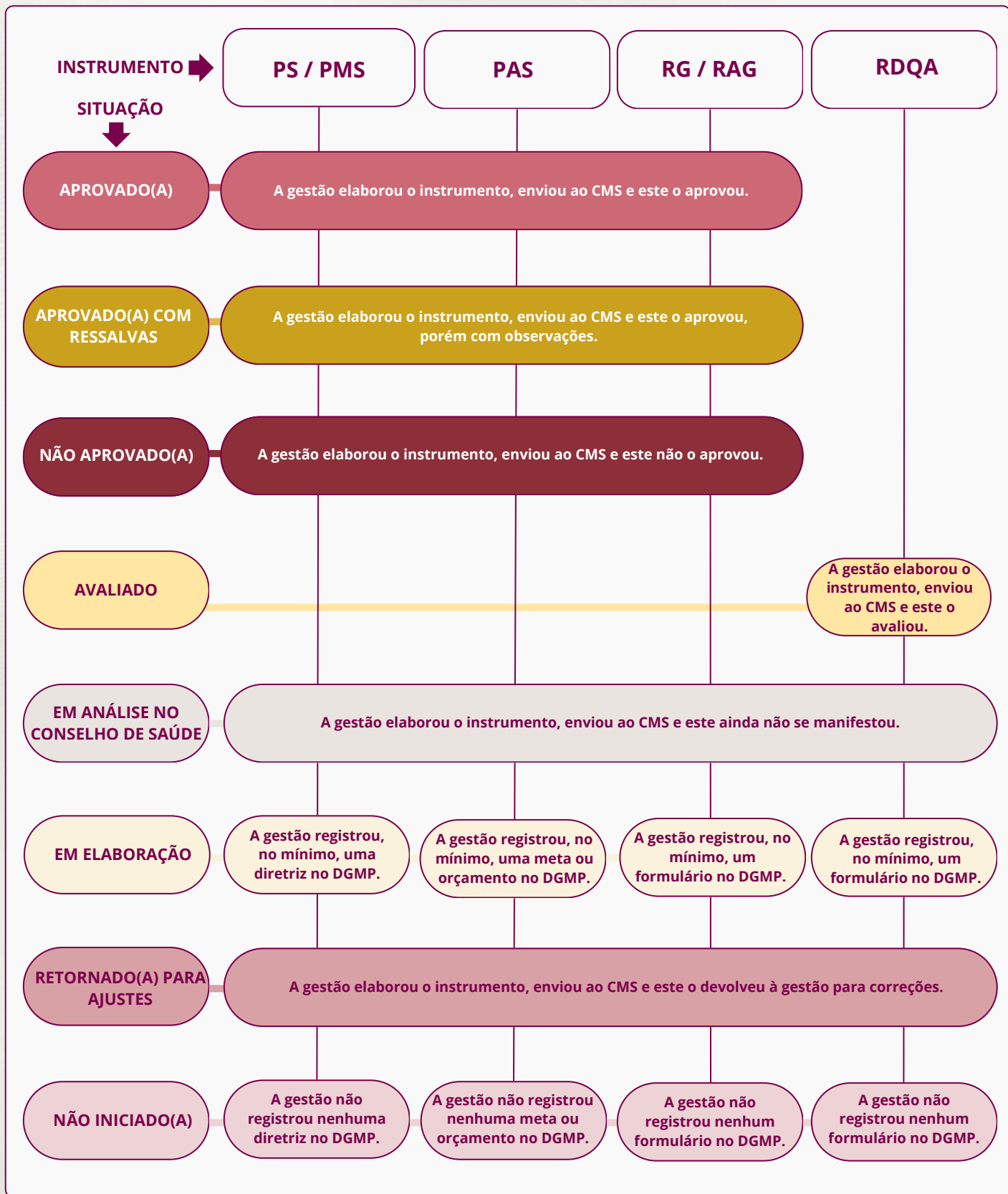
Os **instrumentos de planejamento** são ferramentas fundamentais para a organização, execução e avaliação das ações e serviços de saúde, representando um processo ascendente, integrado, regionalizado e participativo, conforme estabelecido na legislação do SUS. Sua elaboração é obrigatória e condiciona o repasse de recursos, incluindo os de emendas parlamentares, entre os entes federados. Os principais instrumentos de planejamento são:

<b>Plano de Saúde (PS) ou Plano Municipal de Saúde (PMS)</b>	Documento estratégico que define as atribuições em saúde e os compromissos dos gestores frente às demandas da população, assim como as formas de articulação com os demais atores que atuam no território. Nele são delineadas as Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores (DOMI) para um período de quatro anos, alinhado ao ciclo de gestão. Deve ser elaborado no primeiro ano de mandato, antes do envio do Plano Plurianual (PPA), com envolvimento do Conselho de Saúde.
<b>Programação Anual de Saúde (PAS)</b>	Desdobra as metas do PS em ações anuais, com previsão de recursos orçamentários para sua execução. Deve ser elaborada anualmente, antes da data de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício correspondente.
<b>Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)</b>	Instrumento de monitoramento e transparência que apresenta os resultados alcançados em relação à PAS, incluindo indicadores, produção de serviços e aplicação de recursos. Deve ser apresentado em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.
<b>Relatório de Gestão (RG) ou Relatório Anual de Gestão (RAG)</b>	Avalia a execução da PAS ao longo do ano e o cumprimento das metas do PS, servindo de base para o planejamento dos anos seguintes. Deve ser elaborado até março do ano subsequente ao exercício avaliado.

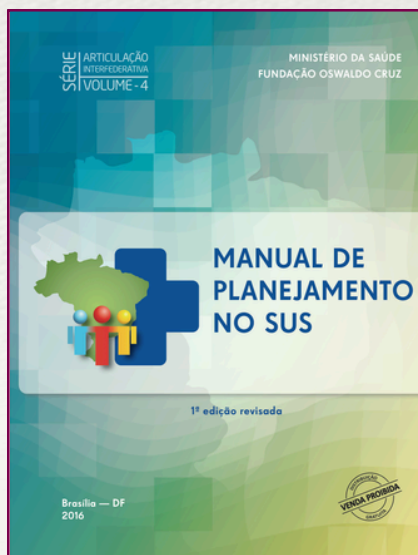
Esses instrumentos são interdependentes e devem estar articulados com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo a coerência entre o planejamento em saúde e o planejamento governamental.

O **DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP)** é a plataforma digital oficial do SUS para o registro dos instrumentos de planejamento e seus documentos. Possibilita o aperfeiçoamento da gestão em saúde, facilita o acompanhamento das políticas públicas e promove a transparência das ações e da aplicação dos recursos públicos na área da saúde.

Os instrumentos de planejamento no DGMP podem assumir diferentes **situações**, conforme seu estágio de elaboração, encaminhamento e apreciação nos Conselhos Municipais de Saúde (CMS). O infográfico a seguir detalha cada uma delas:



Para uma leitura mais aprofundada sobre Planejamento em Saúde e DGMP, você pode **clicar nas imagens abaixo** e acessar os **Manuais do Ministério da Saúde** e o **Guia Prático de Elaboração de Plano Municipal de Saúde 2026-2029**, criado pelo SEINP/BA:



**Observação:** Ressalta-se que os materiais oficiais do MS disponibilizados nos links acima ainda não contemplam as atualizações mais recentes nos fluxos do DGMP, divulgadas por meio de **Notas Informativas**. Nesse contexto, a seção a seguir apresenta uma síntese das principais mudanças implementadas no sistema.

### 3 - ATUALIZAÇÕES NO DGMP

Com o objetivo de apoiar gestores(as), técnicos(as) e conselheiros(as) de saúde na compreensão dos novos procedimentos e na adequação aos fluxos atualmente estabelecidos no DGMP, apresentamos as principais alterações divulgadas pela Coordenação-Geral de Articulação Interfederativa do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (CGAI/DGIP/SE/MS), a partir de dezembro de 2025.

As atualizações visam aprimorar os fluxos de registro, monitoramento e apreciação dos instrumentos de planejamento, fortalecer o papel do controle social e garantir maior conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à transparência e à prestação de contas no âmbito do SUS.

#### 3.1 - Nota Informativa N°1/2025 (CGAI/DGIP/SE/MS)

Introduz mudanças importantes nos fluxos de registro, apreciação e tramitação dos instrumentos de planejamento no DGMP, válidas para os municípios **a partir do ciclo de planejamento 2026-2029**:

- **Plano de Saúde:** o CMS passa a ter ação direta no sistema no que se refere ao PS. A gestão deverá continuar registrando no DGMP as DOMI, anexar o documento completo do PS e encaminhá-lo para apreciação pelo próprio sistema. Caberá ao CMS alterar o status/situação e anexar no DGMP a *Resolução de apreciação do PS* e a *Resolução que deliberou sobre as diretrizes*.
- **Programação Anual de Saúde:** o CMS também passa a atuar diretamente no sistema no fluxo da PAS. A gestão deverá registrar as informações da PAS no DGMP, anexar o documento completo e encaminhá-lo para apreciação pelo CMS. Após análise, o CMS deverá alterar o status/situação e inserir no sistema a respectiva *Resolução de apreciação*.
- **Relatório de Gestão:** o RG somente será liberado para elaboração após envio dos três RDQA do ano correspondente para avaliação no CMS.

Acesse o conteúdo completo clicando em [Nota Informativa N°1/2025 \(CGAI/DGIP/SE/MS\)](#).

#### 3.2 - Nota Informativa N°2/2026 (CGAI/DGIP/SE/MS)

Trata da inclusão de informações relativas a recursos de emendas parlamentares no RG e nos RDQA, no âmbito do sistema DGMP, a partir da integração com o Sistema de Investimentos Federais do SUS (InvestSUS). A medida visa garantir a rastreabilidade e transparência dos recursos oriundos de emendas parlamentares e à obrigatoriedade de vinculação das ações financiadas por esses recursos aos instrumentos de planejamento do SUS.

- **Relatório de Gestão:** inclusão da Tabela 9.5, a partir do exercício de 2025. Os dados de execução física importados do InvestSUS e apresentados no RG 2025 referem-se exclusivamente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025, independentemente da data de preenchimento no sistema.
- **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior:** inclusão da Tabela 9.4, a partir do 1º quadrimestre de 2026. Os dados de execução física importados do InvestSUS e registrados nos RDQA correspondem exclusivamente ao quadrimestre de referência. Assim, o 1º RDQA 2026 contempla o período de 1º de janeiro a 30 de abril, e assim sucessivamente nos demais quadrimestres do exercício.
- **Integração entre InvestSUS e DGMP:** as informações constantes das Tabelas 9.5 do RG e 9.4 do RDQA refletirão integralmente os dados registrados pelos gestores no InvestSUS e importados pelo DGMP, assegurando maior padronização, rastreabilidade e transparência das informações.
- **Tratamento de inconsistências:** em caso de divergências nos dados de execução, o gestor deverá corrigir as informações diretamente no InvestSUS e/ou registrar o ocorrido no campo “Análises e Considerações” do RG ou RDQA, contextualizando a inconsistência, suas causas e as providências adotadas.

Acesse o conteúdo completo clicando em [Nota Informativa N°2/2026 \(CGAI/DGIP/SE/MS\)](#).

## 4 - SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Apresentamos a situação dos instrumentos de planejamento no Estado da Bahia, com base em dados extraídos do Sistema DGMP, em 04 de maio de 2026. Inicialmente, demonstramos um panorama consolidado de todos os municípios baianos, seguido da análise, por macrorregião de saúde, de cada instrumento de planejamento do ciclo 2022-2025 e do PMS e PAS do ciclo 2026 - 2029.

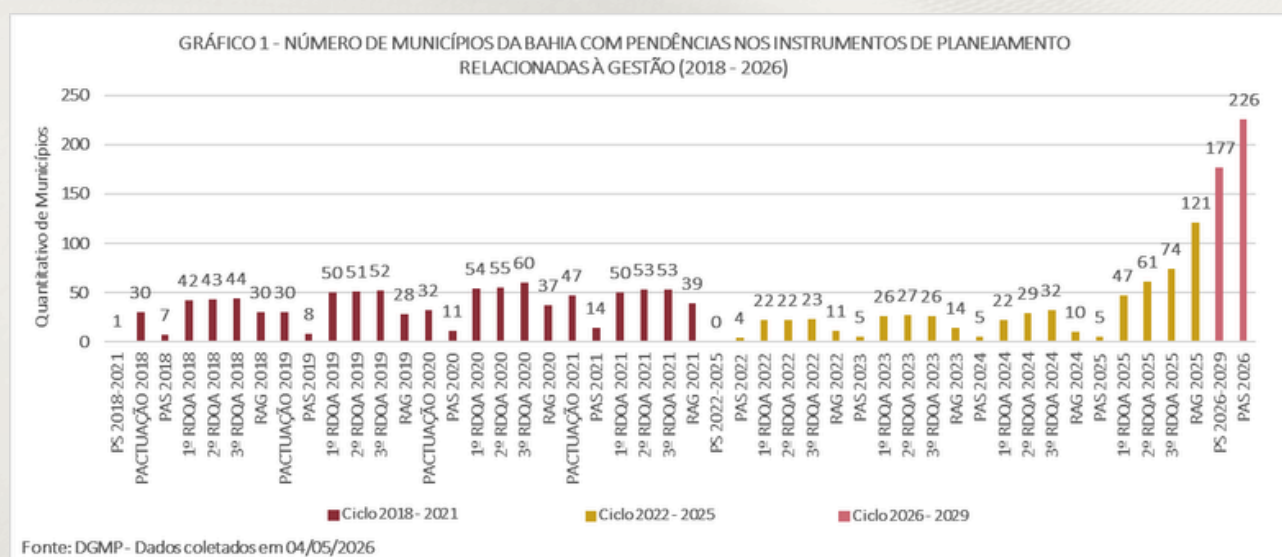
**Lembrete:** A Bahia possui 417 municípios, divididos por 9 Macrorregiões de Saúde, a saber: Centro-Norte (38 municípios), Centro-Leste (71 municípios), Extremo Sul (21 municípios), Leste (48 municípios), Nordeste (34 municípios), Norte (28 municípios), Oeste (36 municípios), Sudoeste (74 municípios) e Sul (67 municípios).

### 4.1 - Situação Geral na Bahia

Nos dois primeiros gráficos, evidenciamos o total de municípios baianos que ainda possuem instrumentos com pendências no DGMP, desde o desenvolvimento desse sistema (ciclos de planejamento 2018-2021, 2022-2025 e 2026-2029). Como forma de concentrar as informações e direcionar as responsabilidades, os dados estão agrupados em *pendências da Gestão* e *pendências do Conselho*.

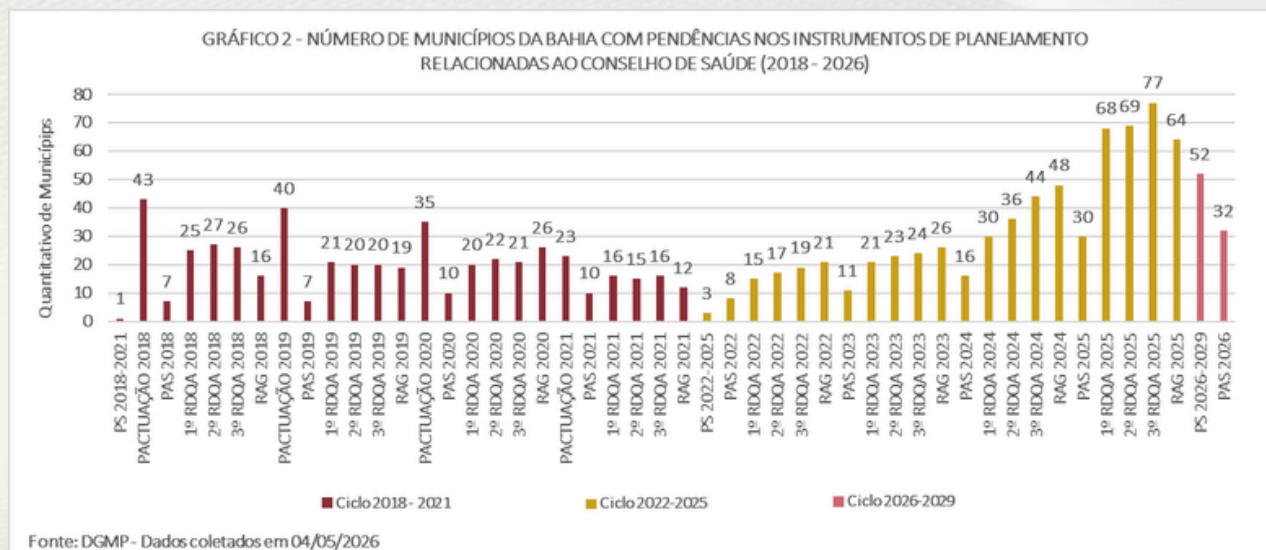
#### 4.1.1 - Pendências da Gestão:

O GRÁFICO 1 representa as pendências sob responsabilidade da Gestão e considera as situações “Não iniciado(a)”, “Em Elaboração” e “Retornado(a) para Ajustes”. Até a data da extração dos dados, foram contabilizadas 1.910 pendências no total, sendo 921 referentes ao ciclo 2018-2021, 586 ao ciclo 2022-2025 e 403 ao ciclo 2026-2029. De forma geral, os RDQA e RG apresentam recorrência de maiores pendências ao longo dos ciclos anteriores, demonstrando que parte dos municípios não concluiu integralmente o processo de planejamento e prestação de contas. Também chama atenção o cenário inicial do novo ciclo 2026-2029, com número elevado de municípios pendentes quanto a elaboração do PS e da PAS, evidenciando dificuldades na transição entre ciclos e indicando que parte dos municípios iniciou a execução do novo período sem a completa formalização dos instrumentos obrigatórios no sistema.



## 4.1.2 - Pendências do Conselho:

O GRÁFICO 2 representa as pendências do Conselho e está sendo considerada a situação “Em Análise no Conselho de Saúde”. Até a data da extração dos dados, foram contabilizadas 1.252 pendências, sendo 498 correspondentes ao ciclo de planejamento 2018-2021, 670 ao ciclo 2022-2025 e 84 ao ciclo 2026-2029. Destacamos o ano de 2025, que concentra o maior número de municípios com instrumentos aguardando apreciação pelo CMS.



Observa-se que muitos instrumentos permanecem longos períodos em análise no sistema, especialmente RDQA e RG. Esse cenário pode estar relacionado à ausência de prazos normativos específicos para manifestação dos CMS, além do fluxo anterior do DGMP, em que a inserção das resoluções e a alteração da situação dos instrumentos dependiam da própria gestão municipal. Nesse contexto, as alterações recentes nos fluxos do DGMP representam um avanço importante, uma vez que os Conselhos de Saúde passam a ter ação direta no sistema, tornando-se responsáveis pela inserção das resoluções e pela manifestação quanto aos instrumentos apreciados.

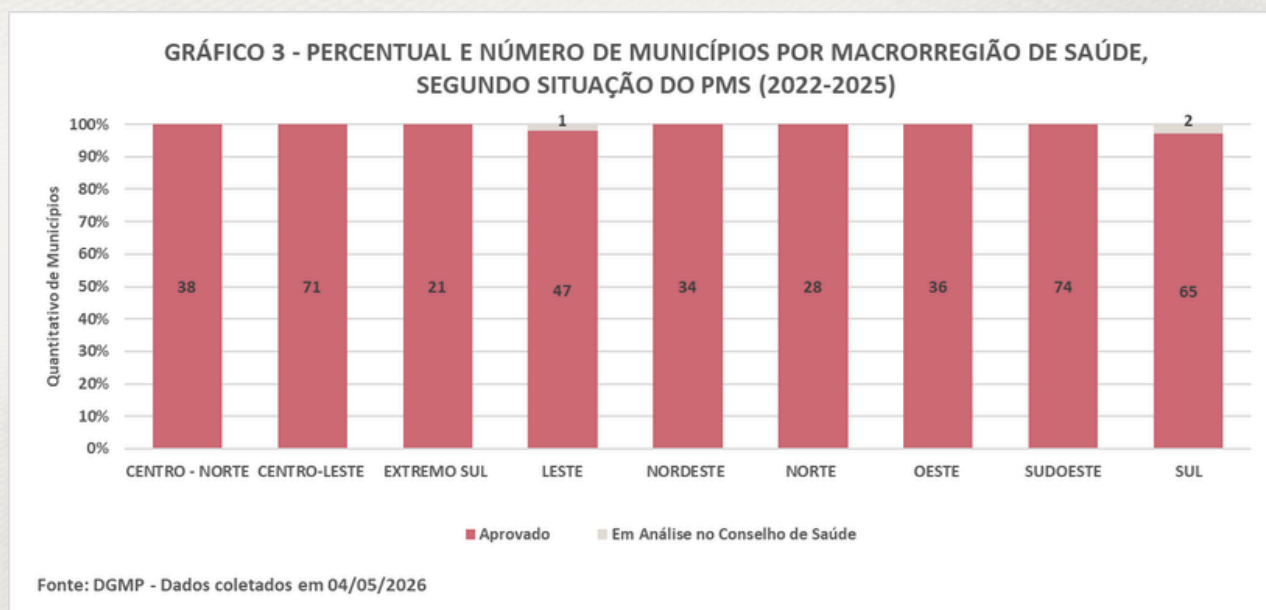
## 4.2 - Ciclo de Planejamento 2022-2025

O ciclo de planejamento 2022–2025 encerrou-se legalmente em 30 de março de 2026, prazo final para elaboração e envio do RG 2025 no DGMP. Embora os municípios baianos apresentem a maior parte dos instrumentos do ciclo com situação regularizada no sistema, ainda permanece quantitativo expressivo de instrumentos em análise no CMS ou em outras situações pendentes, evidenciando a importância da conclusão integral das etapas de elaboração, apreciação e deliberação no DGMP.

A seguir, será apresentada a situação dos instrumentos de planejamento e gestão nas macrorregiões de saúde da Bahia para esse ciclo de planejamento.

#### 4.2.1 - Plano Municipal de Saúde:

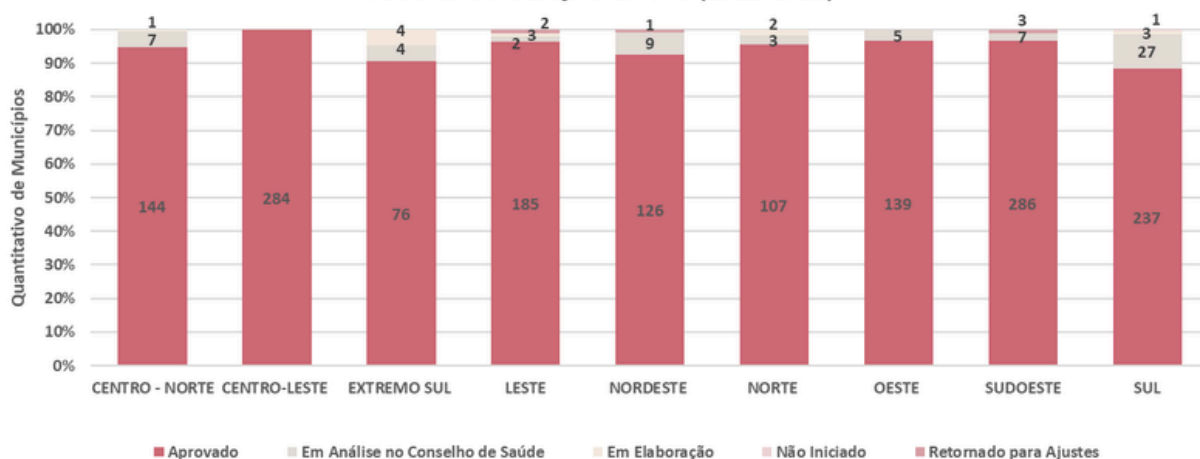
O GRÁFICO 3 apresenta a situação dos PMS do ciclo de planejamento 2022–2025. Observa-se que 99% dos municípios baianos concluíram o processo no DGMP, demonstrando ampla adesão ao principal instrumento estruturante do planejamento em saúde no SUS. Entretanto, ainda existem 3 municípios com o PMS aguardando deliberação pelo CMS, sendo 1 pertencente à macrorregião de saúde Leste e 2 à macrorregião de saúde Sul.



#### 4.2.2 - Programação Anual de Saúde:

O GRÁFICO 4 apresenta a situação das PAS do ciclo de planejamento 2022–2025, considerando o total de quatro PAS por município (1 por ano), resultando em um universo, para cada macrorregião de saúde, igual ao “número de municípios X 4 PAS”. Observa-se que 95% das PAS encontram-se aprovadas no DGMP, com destaque para a macrorregião Centro-Leste, que atingiu 100% de aprovação. No entanto, apesar do encerramento do ciclo, ainda persiste um quantitativo de PAS pendentes, majoritariamente em fase de análise nos CMS (77% das pendências desses instrumentos de planejamento na Bahia são referentes a esta situação). As macrorregiões de saúde Sul, Extremo Sul e a Nordeste concentram os cenários com maior percentual de pendências: a Sul apresenta cerca de 12% das PAS ainda pendentes, a Extremo Sul aproximadamente 10% e a Nordeste 7%.

**GRÁFICO 4 - PERCENTUAL E NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE, SEGUNDO SITUAÇÃO DA PAS (2022-2025)**

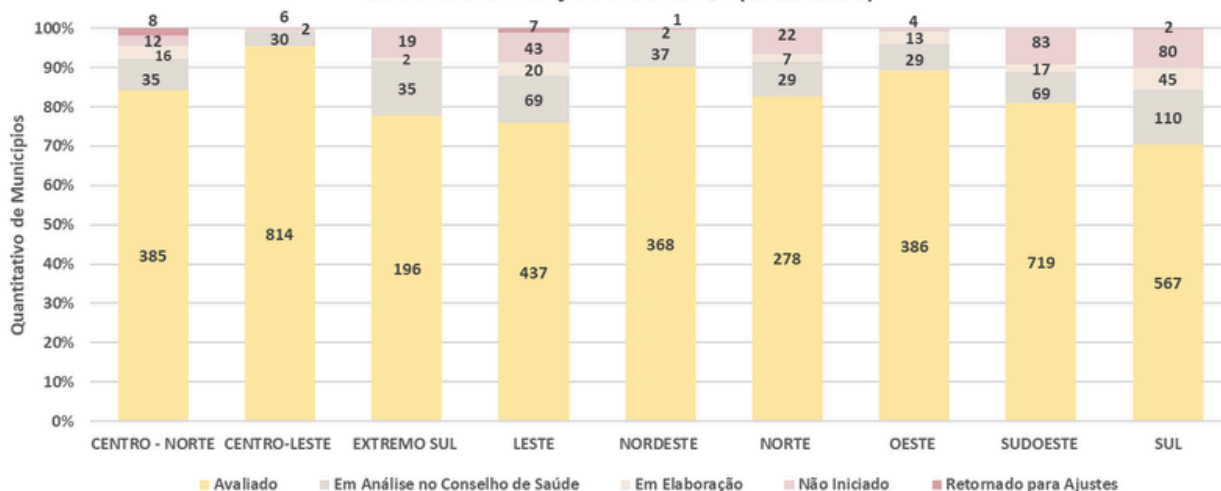


Fonte: DGMP - Dados coletados em 04/05/2026

### 4.2.3 - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior:

O GRÁFICO 5 apresenta a situação dos RDQA do ciclo 2022-2025, considerando 12 instrumentos por município (3 por ano). Sendo assim, o universo, para cada macrorregião de saúde, corresponde ao “número de municípios × 12 RDQA”. Observa-se que 83% dos RDQA encontram-se avaliados no DGMP, com maior expressividade para a macrorregião Centro-Leste, que possui 96% dos seus instrumentos nessa situação. Dos 17% de RDQA ainda pendentes (o que corresponde a 854 instrumentos na Bahia), 50% encontram-se “Em análise no Conselho de Saúde” e 32% “Não iniciados”. Destacam-se as macrorregiões de saúde Sul, Leste e Extremo Sul, que apresentam percentuais superiores a 22% de pendências em relação ao total de instrumentos da sua macrorregião. Dentre estas, a Sul concentra o cenário mais preocupante do estado, com 29% dos seus RDQA ainda pendentes.

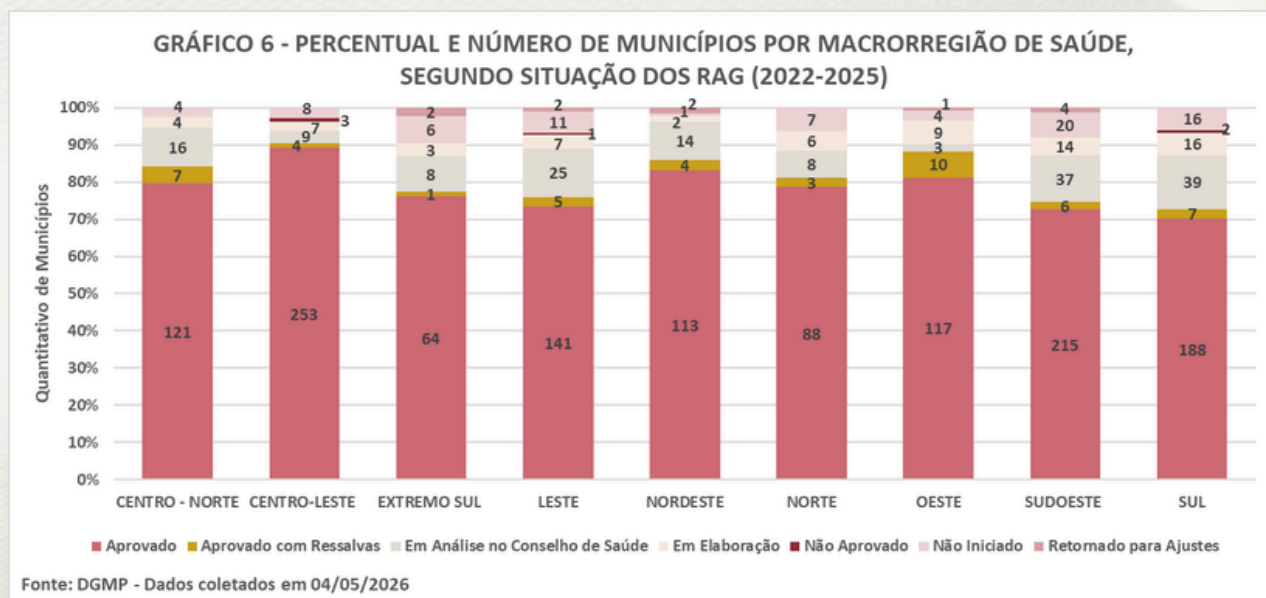
**GRÁFICO 5 - PERCENTUAL E NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE, SEGUNDO SITUAÇÃO DOS RDQA (2022-2025)**



Fonte: DGMP - Dados coletados em 04/05/2026

#### 4.2.4 - Relatório de Gestão:

No GRÁFICO 6, apresentamos a situação dos RG do ciclo 2022–2025, considerando 4 instrumentos por município (1 por ano). Assim, o universo analisado em cada macrorregião de saúde corresponde ao “número de municípios X 4 RG”. A análise mostra que 19% desses instrumentos apresentam pendências. Observa-se que as macrorregiões de saúde Sul e Sudoeste concentram o maior número de RG pendentes, com percentuais de 26% e 25%, respectivamente. As macrorregiões de saúde que apresentam os melhores cenários são a Centro-Leste, com aproximadamente 92% dos seus RG já com alguma deliberação do CMS, e a Oeste, com cerca de 88% dos instrumentos aprovados ou aprovados com ressalva.



O cenário apresentado evidencia avanços importantes no processo de planejamento em saúde na Bahia, mas também revela desigualdades entre as macrorregiões de saúde e desafios relacionados ao encerramento qualificado do ciclo 2022–2025. O acúmulo de pendências impacta o planejamento, o monitoramento, a prestação de contas, a transparência da gestão e a adequada execução de recursos públicos, incluindo aqueles provenientes de emendas parlamentares, podendo comprometer a efetividade das políticas públicas implementadas.

Destaca-se que, mesmo quando originadas em exercícios anteriores, as pendências permanecem sob responsabilidade da atual gestão municipal e do atual CMS, considerando a continuidade institucional dos processos de planejamento e gestão no SUS.

As informações apresentadas evidenciam a necessidade de um esforço conjunto para a regularização e finalização de todo o processo, a exemplo do trabalho realizado de forma contínua na Bahia, por meio de reuniões e agendas tripartite que articulam a Superintendência do Ministério da Saúde (SMSA/BA), a Secretaria da Saúde do Estado (SESAB), o Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS/BA) e o Conselho Estadual de Saúde (CES/BA).

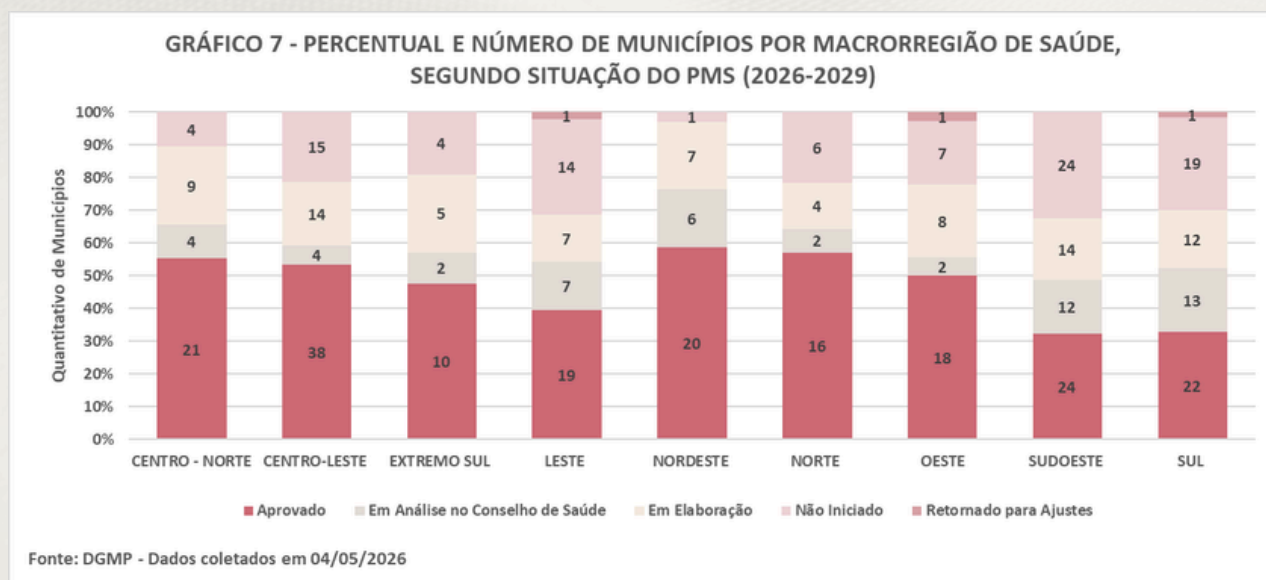
As diferenças macrorregionais identificadas na situação dos instrumentos de planejamento reforçam a importância de um apoio institucional diferenciado, orientado pelas especificidades de cada território, como o ofertado pela equipe do SEINP/BA, que possui referências macrorregionais.

### 4.3 - Ciclo de Planejamento 2026-2029

Embora o ciclo de planejamento 2026–2029 já esteja em execução desde 1º de janeiro de 2026, observa-se que muitos municípios ainda apresentam pendências nos instrumentos estruturantes do processo de planejamento em saúde. Nesse contexto, apresentamos, a seguir, a situação dos instrumentos do atual ciclo de planejamento no estado da Bahia, organizada por macrorregiões de saúde.

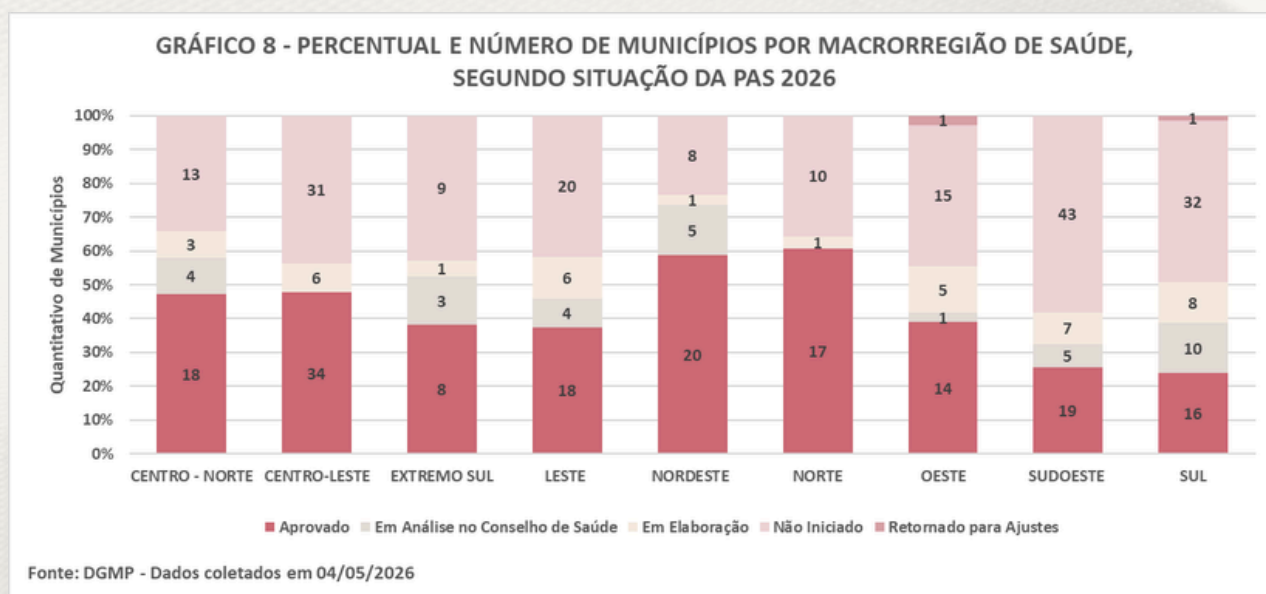
#### 4.3.1 - Plano Municipal de Saúde 2026-2029:

O GRÁFICO 7 apresenta a situação dos PMS do ciclo 2026–2029. Observa-se que o número de municípios com PMS aprovados no DGMP ainda é considerado baixo. Até a data da extração dos dados, apenas 45% dos municípios baianos (ou seja, 188 municípios) haviam concluído integralmente o processo de elaboração, apreciação e aprovação do instrumento no DGMP. A macrorregião de saúde Nordeste apresenta o melhor cenário proporcional, com aproximadamente 59% dos seus municípios com PMS aprovado. Em contrapartida, as macrorregiões de saúde Sudoeste, Sul e Leste concentram os cenários mais preocupantes, com cerca de 68%, 67% e 60%, respectivamente, de seus municípios com pendências. Lembrando que o prazo para entrega dos PMS do ciclo 2026-2029 ao CMS deve ser compatível com o Plano Plurianual.



### 4.3.2 - Programação Anual de Saúde 2026:

O GRÁFICO 8 apresenta a situação da PAS 2026 nas macrorregiões de saúde da Bahia. Observa-se que o cenário é ainda mais preocupante que o identificado no PMS 2026–2029, demonstrando fragilidades importantes na organização do novo ciclo de planejamento. Apenas 39% dos municípios baianos (ou seja, 164 municípios) estão com a PAS 2026 aprovada no DGMP. As macrorregiões de saúde Norte e Nordeste possuem o maior quantitativo de aprovação, com 61% e 59%, respectivamente. Em contrapartida, as macrorregiões de saúde Sul e Sudoeste apresentam os cenários mais críticos, com 76% e 74% de PAS pendentes, respectivamente.



Esse cenário reforça a importância da elaboração e formalização tempestiva desses instrumentos, considerando que não há execução qualificada sem planejamento adequado. São eles que organizam prioridades, orientam a execução das ações, subsidiam o monitoramento e fortalecem a transparência e a tomada de decisão no SUS.

Nesse contexto, o SEINP/BA permanece à disposição para apoiar tecnicamente os municípios, por meio da articulação interfederativa, orientação sobre os fluxos do DGMP e qualificação dos processos de planejamento, monitoramento e gestão em saúde.

Para consulta mais detalhada de todos os instrumentos e relacionada individualmente a cada município e ciclo de planejamento em saúde, acesse os links abaixo:

### [DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento - Extração de Dados](#)

### [Painel Sage](#)

## 5 - SEINP EM MOVIMENTO

O SEINP/BA atua na articulação entre os entes federativos, com foco no fortalecimento do planejamento em saúde, da regionalização e da gestão participativa, contribuindo para a implementação dos Programas e das Políticas Públicas de Saúde no âmbito do SUS.

A equipe integra processos e espaços estratégicos de discussão e governança interfederativa, como o Encontro de Discussão do Planejamento Regional Integrado, os Grupos Técnicos de Trabalho Macrorregionais, o Conselho Estadual de Saúde, o Grupo Condutor Estadual de Redes e alguns de seus Grupos de Trabalho temáticos, além de comissões e fórum interinstitucional.

O SEINP/BA também desenvolve apoio técnico aos municípios e colabora em oficinas macrorregionais, conferências e demais espaços de qualificação da gestão, contribuindo para o fortalecimento do SUS na Bahia. No que se refere às ações voltadas ao planejamento em saúde, destacam-se as seguintes iniciativas:

### **1) Visitas de monitoramento para regularização dos instrumentos no DGMP:**

Nos meses de fevereiro e março de 2026, o SEINP/BA participou de visitas de monitoramento, realizadas em formato presencial e virtual, junto a 38 municípios baianos com pendências nos instrumentos de planejamento de ciclos anteriores, especialmente relacionadas à não inserção dos RG 2020 a 2024 no DGMP.

As agendas foram desenvolvidas de forma articulada com a Coordenação de Planejamento da Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (COPLAN/APG/SESAB), o COSEMS/BA e o CES/BA, com a participação de gestores(as) municipais, referências técnicas e conselheiros(as) de saúde, reforçando o caráter interfederativo e participativo do processo.

O principal objetivo das visitas foi orientar e apoiar tecnicamente os municípios na resolução das pendências identificadas no sistema, contribuindo para a finalização dos instrumentos de planejamento e gestão e evitando o acúmulo de inconsistências entre ciclos. As agendas também possibilitaram a pactuação de prazos e estratégias para regularização dos instrumentos, fortalecendo a organização do processo de planejamento, a transparência e a qualificação da gestão no âmbito do SUS.

## 2) Participação em Oficina Macrorregional de Apoio ao Planejamento em Saúde:

No dia 9 de abril de 2026, o SEINP/BA participou da Oficina Macrorregional de Apoio ao Planejamento em Saúde da Sudoeste, realizada em Vitória da Conquista, iniciativa do Núcleo Regional de Saúde Sudoeste (NRS-SO) e da COPLAN/APG/SESAB.

A atividade teve como público-alvo secretários(as) municipais de saúde, técnicos(as) das Secretarias Municipais e conselheiros(as) de saúde, com o objetivo de fortalecer a capacidade técnica para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações no SUS, com foco no ciclo 2026–2029, e na qualificação do uso dos sistemas de gestão.

Na ocasião, uma servidora do SEINP/BA atuou como palestrante e participante das discussões técnicas, apresentando o tema *“Do planejamento à prestação de contas: novos fluxos do DGMP e qualificação da gestão das emendas parlamentares no SUS”*, abordando a importância do planejamento em saúde, as atualizações nos fluxos e tabelas do DGMP a partir das Notas Informativas do MS e o monitoramento das emendas parlamentares.

**Boletim Informativo - Instrumentos de Planejamento e DGMP  
Volume 1 - Maio/2026**

**SUPERINTENDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA BAHIA (SMSA/BA)**

**Superintendente:  
Joanna Paroli Mangabeira Campos**

**SERVIÇO DE ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA (SEINP/BA)**

**Chefe:  
Francisco Borges Rodrigues Neto**  
**Equipe:**  
**Aline Lawinsky de Oliveira**  
**Desirée dos Santos Carvalho**  
**Marcele Santana de Freitas**  
**Mirella Dias Almeida**  
**Residente do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA):  
Milena Sichinel**

**[Acesse a página da SMSA/BA clicando aqui.](#)**

**Av. Jequitaia, nº7, 4º andar  
Bairro: Comércio  
Cidade: Salvador/BA  
CEP: 40.015-902  
Telefone: (71) 3254-5321**

**sems.ba@saude.gov.br  
seinp.sems.ba@saude.gov.br**